

TABULEIRO DE LETRAS

Loucura e marginalização social em *Fogo Morto*

Madness and social marginalization in *Fogo Morto*

Bárbara Del Rio Araújo¹

RESUMO: Este trabalho pretende, por meio da obra *Fogo Morto*, discutir a representação da loucura e da marginalização social como produtos de um processo de modernização conservadora. Desse modo, leva-se em conta o fato de a forma estética se relacionar com a forma social, possibilitando uma configuração artística efetiva e crítica. Por intermédio de sua estrutura multiplanar, a narrativa de José Lins do Rego esboça na criação dos personagens as mazelas de um desenvolvimento que progride carregando traços arcaicos, como o favor e a cordialidade. Nesse sentido, por meio do discurso indireto livre, podemos entender o quanto a modernização e o ideal do “bem-estar social” oprimiu parte da população, atenuando sua capacidade de autonomia e contribuindo para desumanização dessas figuras.

Palavras-chave: Loucura; Marginalização; Modernização conservadora; *Fogo Morto*.

ABSTRACT: This paper intends, by the book *Fogo Morto*, discuss the madness representation and social marginalization as product from a conservator modernization process. On this way, it's important the relation between the aesthetic form and the social form, allowing an artistic configuration more effective and critic. By its complex structure, the Jose Lins do Rego narrative show in character creation the blemish of a development which get on bringing archaic aspects, as the favor and the cordiality. Then, by the indirect discuss, we can understand how the modernization and the idea of “well fair state” submit part of the population, reducing its autonomy capacity and contributing for the dehumanization from this figures.

Keywords: Madness; Marginalization, Conservator Modernization; *Fogo Morto*.

A loucura e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil

A abordagem da loucura nos estudos da medicina social é construída como um instrumento técnico-científico a serviço indiretamente do estado capitalista e do poder burguês. As mudanças decorrentes do processo de modernização transformaram a prática medicinal, contribuindo para a administração da saúde, situada nas câmaras administrativas rurais que, além de organizarem as recém-chegadas máquinas e escolas agrícolas, os poços e

¹ Doutoranda em Literatura Brasileira pelo programa de pós-graduação em estudos literários da UFMG. Atua como docente efetiva no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde orienta pesquisas fomentadas pela FAPEMIG. E-mail: barbaradelrio.mg@gmail.com

chafarizes nas vilas pouco a pouco urbanizadas, se ocupavam de uma política higienista a qual consistia no controle da disseminação de loucos e embriagados, injúrias e obscenidades contra a moral pública (MACHADO, 1978, p. 183).

Diante do progresso e da busca pela uniformização social, a comunidade médica acabou por travar relações políticas e econômicas se mostrando aparentemente como um instrumento neutro, ao se colocar como descobridora da natureza humana. Entretanto, nesse contexto, a racionalidade médica prosseguiu estabelecendo objetivos e parâmetros à saúde pública dentro de um projeto burguês maior de consolidação do capital. A relação entre saúde e sociedade aprimorou os mecanismos de dominação e favoreceu a legitimação de um sistema excludente, na medida em que o discurso médico atrelou a vida privada do indivíduo ao destino de uma determinada classe social, em que os sujeitos foram levados a compactuar com a ordem dominante. A imposição de parâmetros comportamentais incentivou a crescente tendência à culpabilização, buscando exercer um controle tirânico do indivíduo sob si mesmo. Esse fato esteve diretamente relacionado à configuração do capitalismo, que relega ao indivíduo a dificuldade de acompanhar o desenvolvimento, mascarando as dificuldades de inclusão da própria organização econômica. Desse modo, tudo aquilo que escaparia à ordem e ao modelo surgiria como sofrimento psíquico, difundindo-se o preconceito e a normalização. Nesse aspecto, além da pobreza, característica ineliminável desse novo sistema, ocorre também a promoção da penúria, da fome e de doenças, como a loucura. Para além dos discursos teóricos da área do conhecimento médico, é preciso pensar a loucura também como evidência da dinâmica social, já que existe uma realidade histórica de transformação da ordem econômica, de onde vem esse poder normalizador.

Nessa seara, *A história da Loucura na Idade Clássica*, de Michael Foucault desenvolve uma crítica contundente ao cientificismo, apresentando uma investigação das diferentes formas de percepção da loucura, sobretudo na modernidade, quando se chega a classificá-la como doença mental. A preocupação é discutir a racionalidade, evidenciando como a razão se tornou o pressuposto da constituição da subjetividade ocidental e, sua excessiva justificação, acabou levando à imposição de controle dos comportamentos, fixando modelos sociais, perseguindo aqueles que deles escapasse, situando-os como loucos (FOUCAULT, 1978, p. 70). Contudo, foge ao raciocínio a base materialista para entender que os laços burgueses e a prescrição da loucura advêm da consolidação de uma ordem em que as classes de baixa renda ficam à mercê do Estado e de um discurso que se mostra incontestado, mas serve de ato para a contenção social.

A concepção foucaultiana de história é parcial e contribui pouco para essa análise, uma vez que renuncia a discussão do plano socioeconômico. O conjunto das transformações arroladas na pesquisa do escritor francês não pode ser visto, somente e naturalmente, como uma realização burguesa; é preciso articulá-lo como fruto da instauração de uma nova ordem econômica e, sobretudo, da luta de classes. Como afirma Merquior, “o filósofo raramente ou quase nunca se empenha num corpo-a-corpo com qualquer material empírico (como se não gostasse de sujar as mãos com a análise da história real)”. (MERQUIOR, 1985, p. 47).

Foucault percebe que o julgamento da loucura está relacionado à racionalidade moderna, mas pouco fundamenta a respeito dessa relação com a consolidação do capitalismo. A excessiva crítica à razão construída, no seu argumento sobre o poder e a normalização, acaba desaguando em um elogio ao irracionalismo, desconsiderando, portanto, os ideais humanitários do iluminismo, vendo-os somente como mecanismos coercitivos. Nesse sentido, o apeço pelo irracionalismo acaba criando novas tutelas, no pretexto de aboli-las. Segundo Rouanet, não seria possível fugir ao iluminismo e à racionalidade, pois ambos são pressupostos de uma crítica permanente. Pode-se dizer que o espírito iluminista se confunde com a própria modernidade, na medida em que o iluminismo foi a matriz do pensamento liberal, transformado na burguesia em sua fase revolucionária. Hoje, as liberdades iluministas não foram extintas, mas transformadas em benefício de um grupo social específico e, nesse sentido, pode-se dizer que elas vigoram apenas como meras “fachadas formais” (ROUANET, 2008, p. 200).

Assim, é preciso discutir a “questão social da loucura”, por meio da luta de classe, isto é, a sociedade burguesa e seus efeitos sobre o conjunto da classe trabalhadora. A predominância da racionalidade na sociedade moderna está intimamente relacionada ao sistema capitalista. Além disso, a dualidade conceitual normalidade/loucura não é autônoma e caminha junto com a história, que, por sua vez, não se realiza somente no discurso. Desse modo, é necessário frisar que a discussão da loucura no Brasil se tornou alvo das políticas higienistas dos séculos XIX e XX, buscando no apoio da família a substituição dos hábitos coloniais pelos novos costumes burgueses, transformando a cultura ao interesse do capital. (COSTA, 2004, p. 21).

Diante da mudança econômica e da instauração de um sistema socioeconômico de base individualista e competitiva, na qual o sujeito não garante o mínimo de bem-estar, são correntes os sentimentos de frustrações, amarguras, animalizações, embrutecimento,

alterações comportamentais e a loucura, que faz do homem uma vítima desabonada da sua condição racional.

A perda da consciência, a falta de compreensão subjetiva do mundo objetivo e a escassez de senso de realidade são sedimentadas na narrativa de *Fogo Morto*, como um modo de representar a relação entre o mundo social e o natural no contexto de modernização. Assim, é importante perceber que o sentimento trágico no romance está relacionado à materialidade, ou seja, o desenvolvimento físico, mental e psicológico, depende também de fatores como melhorias do ambiente social. Assim, não é que um justificaria o outro, mas essas instâncias estão relacionadas para mostrar que existe uma totalidade a ligar o homem à realidade histórica em que ele se encontra. Na narrativa, a loucura expressa as contradições existentes entre o capital e o trabalho por meio do esgotamento dos personagens; até mesmo a autoaniquilação pode mostrar a crise do trágico processo de modernização. Quando colocamos em pauta as imbricações da literatura com as relações sociais, passamos a compreender que a demência dos personagens não se restringe somente a uma individuação, há ali também presente a margem social, econômica e histórica. Evitar a condenação exclusiva do sujeito ou uma leitura restritiva faz com que fuçamos da legitimação do discurso da classe dominante e entendamos que as relações sociais estão historicamente determinadas, dispondo de indivíduos desigualmente posicionados na estrutura de produção.

A relação entre a loucura e o processo de produção do capital é necessária para entender a narrativa de Jose Lins do Rego, pois o trágico nela se funda no caráter explorador do regime capitalista. Assim, a loucura não tem a ver com traços invariáveis da sociedade humana, que a sociedade burguesa herdou com o desdobramento de problemas sociais, mas tem a ver com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. Um bom exemplo dessa sistemática é o livro *A razão cética*, de Katia Muricy, que mostra como, a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, a racionalidade médica agiu pelo seu caráter político e ideológico, servindo a administração da modernização do capitalismo, buscando no tratamento psíquico contornar e suprimir os hábitos do passado. (MURICY, 1988, p. 33).

Fogo Morto: modernização conservadora e demência

A obra de José Lins do Rego, segundo José Maurício Gomes de Almeida, constitui uma tentativa de esboçar a fisionomia daquele nordeste agrário, já decadente, sendo que a palavra “decadente” assume nessas ficções importância capital. Ela aponta para um processo

real que é transfigurado tragicamente na narrativa, constituindo assim um caráter empírico e estético (ALMEIDA, 1981, p. 200). Tomada como síntese acabada desse complexo, a obra *Fogo Morto* é vista pela crítica literária como representante da transição da economia escravista para a economia capitalista, ou seja, a ascensão e queda da cultura açucareira frente à implementação das usinas no nordeste brasileiro. Nos três personagens centrais – Mestre José Amaro, Coronel Lula e Capitão Vitorino – estão expressões maduras dos conflitos humanos em um nordeste decadente. (BOSI, 1985, p. 448). Todos eles dramatizam o “fogo morto” de um sistema econômico-social sendo suplantado por outro, moderno; a exposição da subjetividade desses personagens cria uma forma trágica, em que prepondera o fatalismo dos episódios de loucura e suicídio, intensificando as consequências do processo social.

Pode-se, nesse sentido, evidenciar que a caracterização dos personagens vai muito além da designação como “tipos”, a fixar um padrão regional. Percebe-se neles o conflito humano, “um diálogo permanente entre a problemática individual e coletiva. Na obra, portanto, o existencial e o social se alimentam reciprocamente o tempo inteiro”. (TRIGO, 2002, p. 20). Coronel Lula, Mestre Amaro, ou mesmo Capitão Vitorino são representantes de classes sociais diferentes e podem até denotar um comportamento pitoresco. Entretanto, não são superficiais, caricaturais, ou sem individualidade. O que se percebe na obra é que são, exatamente, essas figuras que configuram, por meio do jogo narrativo entre imagem exterior e sentimento íntimo, a história do povoado bem como a reflexão sobre a realidade nacional. É por meio da exposição da complexidade de consciência, da profundidade existencial desses protagonistas, que se pode obter a representação social da decadência dos engenhos açucareiros. Como bem observa o crítico João Pacheco, todos esses personagens têm relevo objetivo. Não são apenas caixas de ressonância do mundo externo, vez que eles reagem à realidade e atuam nela. (PACHECO, 1958, p.39). Nessa perspectiva, a representação do nordeste agrário, absorvido gradativamente pelas usinas, aparece também expressa pela decadência dos sujeitos:

Lula vivia para se esconder de ricos e de pobres, tudo caminhava para o abismo, o silêncio ocupava tudo. Tentavam nos dias de missa manter a postura com as joias e o cabriolé sem brilho e com cavalos magros. Às vezes, se questionava se seria castigo de Deus, mas logo pensava que isso não podia por que era devoto e Deus era seu amigo. Pensava que Santa Fé ficara um engenho de maldição, via a decadência, as marcas dos castigos de Deus sobre criaturas e coisas condenadas (REGO, 1972, p. 201).

A relação entre os personagens e a instância narrativa, distanciada, mas capaz de associar os diversos pontos de vistas, favorece a exposição “em cena”; os diálogos e monólogos interiores são a base fundamental, para que a narrativa não se torne uma pregação ou um discurso historiográfico. Há uma composição bem pensada, na qual as partes da narrativa se comunicam, assim como os tempos – presente e passado –, projetando uma atmosfera em que nem tudo é mistério ou revelação; mantém-se a mistura que favorece o contraste de caracteres e situações, contribuindo assim para o processo polifônico (BAKHTIN, 1981, p. 50). Encena-se, por meio dos personagens e da organização narrativa, aspectos da formação social nacional, que passa a integrar a fatura de modo específico.

Dividida em uma estrutura de três planos, a qual é comparada, por Mario de Andrade, a forma de uma sonata, *Fogo Moto* focaliza junto a vida de três personagens a história do povoado de Santa Fé, desde a sua fundação na primeira parte do século XIX, pelo Capitão Tomás, até a sua decadência frente à implantação de um novo modo de produção, durante o comando de Lula, genro do fundador:

O Capitão Tomás Cabral de Melo chegara do Ingá do Bacamarte para a Várzea do Paraíba, antes da revolução de 1848, trazendo muito gado, escravos, família e aderentes. Fora ele que fizera o Santa Fé. (...) Era homem de pulso, de muita coragem para o trabalho. Ele mesmo dera ao engenho que montou o nome de Santa Fé. Tudo se fizera a seu gosto. (...) Tivera que lutar no princípio com toda dificuldade. Nada sabia de açúcar, fora criador, plantador de algodão. Para ele, porém não havia empecilhos. Levantou o engenho, comprou moenda, vasilhame e dois anos após a sua chegada ao Santa Fé, tirara a primeira safra. (...) A casa grande subiu a cumeeira, as telhas brilhavam ao sol, a horta cresceu, o engenho subia como gente viva, com os partidos de cana acamando na várzea. (REGO, 1972, p. 135-36).

E foram-se assim os anos. Seu Lula era agora Coronel Lula de Holanda. Os negros de Santa Fé minguavam. Nicolau fora vendido, dois haviam morrido de febres. E a bexiga da peste que passara pelo Pilar, arrancara cinco negros da fábrica de Santa Fé. Mas o engenho tirava suas safras. Apesar de tudo, as terras davam o que podiam (...). (REGO, 1972, p. 166).

A cozinha da casa grande só tinha uma negra para cozinhar. E enquanto na várzea não havia mais engenho de bestas, o Santa Fé continuava com as suas almanjarras. Não botava máquina a vapor. Nos dias de moagem, nos poucos dias do ano em que as moendas do seu Lula esmagavam cana, a vida dos tempos antigos voltava com ar animado, a encher tudo de cheiro de mel, de ruído alegre. (REGO, 1972, p. 192).

A tragicidade se coloca no livro já no título. É a condição do engenho Santa Fé, condenado a sucumbir no mundo onde as máquinas a vapor e a industrialização se

impuseram. Por sua vez, é também a condição dos indivíduos ligados à ordem conservadora: Mestre Amaro, um simples soleiro, que sempre se orgulhou de sua condição livre, padece no mundo no qual o artesão não é valorizado; Lula de Holanda é senhor de engenho, que já viveu as glórias da produção herdada de seu sogro, e hoje vive a decadência dessa estrutura, embora ainda desfrute dos privilégios do código patriarcal. Por fim, Capitão Vitorino, parente da fidalguia do engenho, procura se manter por intermédio do povo, seu consolo, devido ao declínio de sua origem e, assim, tenta ingressar no mundo da política, sem saber que ela também não é igualitária e tende a afastar os pobres sem referência.

As individualidades em *Fogo Morto* se apresentam num campo de contingências que convoca, por meio da discussão estética, o leitor e a perspectiva histórica e sociológica, todos entrelaçados em uma enunciação coletiva. Nesse sentido, pode-se dizer que os personagens são alegorias nacionais, que, embora estejam em outro tempo, mantêm conexão particular com a realidade social existente, a qual permanece como referência e forma, internalizadas pelo tempo histórico. A modernização precária e a condição de subdesenvolvimento são sentidas pelo tríptico, mostrando como a modernização se consolida com as decepções, que, por sua vez, evidenciam o ensejo das experiências contraditórias, em que os rumos do progresso estarão sempre ligados ao discurso dos vencedores, mas, sobretudo, ao dos vencidos:

Entre o senhor de engenho e o mestre de ofício que agonizam - o coronel apagando o seu fogo e o mestre se suicidando - o capitão Vitorino Carneiro Cunha se ergue com triunfador. Também ele está em decadência porque é de família senhoril e cai lentamente para o povo. É uma ponte entre um estrato social e o outro. (CANDIDO, 2004, p. 61).

Na sua perspicácia, Amaro percebia que o sistema de modernização era um projeto falido, que beneficiava a poucos, permanecendo excludente e marginalizador. Nesse aspecto, não acreditava em democracia e tinha um discurso arrasador com relação à participação do povo nas decisões comuns. A doença da filha e o distanciamento da mulher são suficientes para ele entender que aquele mundo beira o incontornável, sobretudo a justiça:

- Olhe, meu compadre José Amaro, no tempo da monarquia eu fui a uma eleição do Itambé, e lá dentro da igreja quebrei uma urna (...) Lutei muito mas os liberais correram. Neste tempo, quando havia homem duro era só mandar chamar. Agora estou velho, esta história de República é esta leseira que se vê. Eleição aqui no Pilar é de acordo. Agora, não. O Dr. Samuel está com vontade de virar tudo isto de papo para o ar. Ele mandou me chamar (...)

- Compadre me diga uma coisa: este Dr. Samuel não é filho do Dr. Belarmino de Goiânia?
- É ele mesmo. É gente de João Alfredo.
- e o compadre acredita que ele vá brigar com este povo da Várzea? É gente da mesma laia. (REGO, 1972, p. 77)

Quando se depara sem terra e sem proteção, Amaro questiona o espaço de direito e vê que nele se impõe a tragicidade: “A terra era do senhor de engenho e este podia fazer dela o que quisesse. Então não havia um direito que lhe garantisse a sua casa? (...) Não poderia ele encontrar uma proteção que lhe valesse?” (REGO, 1972, p. 124). As desigualdades acabrunhavam o Mestre, que não compreendia o sistema econômico totalmente; quando tem a sua casa tomada pelo senhor de engenho, um processo de transformação é notado e o que predomina na sua personalidade é a raiva e o rancor: “O que tinha de verdade o seu compadre? Que raiva era aquela? Nunca o vira tão amarelo, com os olhos como se fosse gema de ovo” (REGO, 1972, p. 41). Mestre Amaro não tinha consciência sobre o funcionamento das classes sociais. Para ele, era uma questão apenas de posicionamento, de tomar partido, de não deixar que ninguém lhe “botasse canga”. O pobre mestre artesão sofre com a mudança econômica, o que lhe dá um aspecto fraco e pouco saudável; a tragicidade também se coloca no processo de animalização de Amaro, que será confundido com a figura mítica do lobisomem. É interessante notar que, nesse caso, ainda que dentro de um realismo fantástico, existe uma necessidade de verossimilhança que não está somente fora do texto aliançado à modernidade. Aristóteles aponta que, na composição trágica, existe a necessidade do maravilhoso, que somente faz sentido quando bem empregado. Na narrativa, a situação de Amaro se torna trágica no momento em que essa fantasia do lobisomem está amalgamada à discussão histórica de falimento do próprio ser humano frente à modernização. Assim, a sua transformação pertence ao maravilhoso e não ao miraculoso. O processo de decadência é, portanto, ampliado nas ações de Amaro, descritas pelo embrutecimento, pela raiva e pelo traço grotesco e animalesco: “José Amaro grunhiu por entre os dentes um bom dia de raiva” (REGO, 1972, p. 18). Para descrevê-lo, o narrador diz: “Era duro demais, era como um cardeiro cheio de espinhos” (REGO, 1972, p. 26). Nos pensamentos de Sinhá, Amaro só fazia vociferar, crescendo a voz para tudo, até para os bichos e para as árvores. A barba grande e os cabelos enormes são ressaltados junto com a adjetivação de monstro. Amaro se bestializa. Ele não entende o que acontece e age irracionalmente, se purgando como num processo de autoflagelação. Sua raiva é tanta que ele castiga não apenas a sola e o couro, mas também a si,

batendo na sua própria perna. Cada vez mais manco, a fraqueza física revelava uma mágoa profunda:

Batia forte na sola, batia para doer na sua perna que era torta. Que lhe importava o cabriolé do Coronel Lula? Que lhe importava a riqueza do velho José Paulino? (...) O canário não se importava com o martelo do mestre. Um silêncio medonho envolvia tudo, num instante como se o mundo tivesse parado (REGO, 1972, p. 13).

Cravando uma faca no peito, ele demonstra o fim de qualquer esperança e, se existisse alguma possibilidade de humanismo, seria somente na fuga daquele contexto. O suicídio aqui marca a intensificação do processo de loucura e embrutecimento a revelar o vazio da existência, sentido de modo constante. Diante da falência humana, do prenúncio catastrófico, a loucura e a iminência da morte se universalizam, tornando a autodestruição uma recusa àquele *modus vivendi*. Dessa forma, a barbaridade do atentado contra a vida se humaniza como resistência. O suicídio de Amaro, assim como os delírios de loucura dos demais personagens, torna aparente algo que estava oculto como forma de dominação; como um segredo ou uma verdade inacessível, expõe a nu algo que parece naturalizado. Desse modo, parece que aquilo que os incomoda é de ordem universal, necessário e comum ao mundo; o que lhes assombra e lhes priva parece ser a própria natureza humana. No entanto, como venho afirmando, isso é produzido pela ordem social. Nesse contexto, a loucura se torna uma das próprias formas da razão. Aquela se integra nesta, constituindo contraditoriamente sua obliteração e revelação. Logo, a cena de sua morte configura o que o personagem tem de vítima e de autoria, ele é ativo e passivo diante da circunstância, seu tom não é grandioso nem espalhafatoso, trata-se de uma queda comum, deixando clara a alusão trágica da experiência social em um país periférico na esteira da modernização.

A forte carga dramática da narrativa é intensificada, na medida em que as histórias de vida dos personagens se entrecruzam. Aliás, elas são abordadas em uma perspectiva diacrônica, mas também sincrônica, haja vista que são inseridos cortes temporais na construção, focalizando o momento atual decadente e o comparando ao passado glorioso. Alicerçada ao capítulo inicial e à vida de Amaro, temos a segunda parte, que apresenta o Coronel Lula de Holanda. Sua história é narrada em confronto com a história de seu sogro, Capitão Tomás Cabral de Melo, possuidor de muitos gados e escravos, fundador do vilarejo e primeiro a se empenhar pela lavoura de cana de engenho.

A situação de imponência de Lula, seus desmandos e paternalismo perante a decadência são representativos de como o atraso pode ser agregado ao progresso, formando uma ambiguidade específica. De modo esquizofrênico, ele, representante da aristocracia local, busca manter os louros do passado, revelando a sua inadaptação àquela nova ordem modernizadora. A doença que o acometia, a epilepsia, a vendagem de ovos por parte da sua esposa como sustento da casa e a demência da filha caçula são mais exemplos de que o tempo de outrora já não era igual ao da narração, na época do Capitão Tomás.

Lula de Holanda sofre a degradação física e moral, por não encontrar uma alternativa viável para o avanço do capitalismo e da modernização sobre a sociedade dos engenhos. O engenho de Santa Fé, fundado pelo seu sogro, já não “moía” como naquele tempo, e ele, bacharel instruído, pouco ou quase nada sabia sobre aquela administração. A narrativa evidencia que, na medida em que ocorria o declínio da produção do engenho de Santa Fé, a figura do Coronel se degradava. Cada vez mais alienado em outra realidade, na qual poderia manter o seu *status* social, o personagem buscava um ponto de fuga, representado, sobretudo pelo apego à religião. Sua destruição física também é anunciada na narrativa com a representação dos ataques epiléticos. Ficava famoso pela agressividade, sovinice e doença. D. Amélia percebia que seu marido mudava de humores. Com a abolição, seu estado de saúde se agravaria:

Os negros se foram de cabeça baixa e ela viu pela primeira vez uma coisa horrível. O seu marido empalidecer procurar o sofá e cair com o corpo todo se torcendo como se tudo nele fosse partir. Aquilo durou uns minutos, mas foram os instantes pior da sua vida. A baba branca que saía da boca de seu Lula, o bater desesperados dos braços e das pernas fizeram lhe medo (REGO, 1972, p. 171).

De fato, Lula se transformava. A barba ficava branca e a voz rude. Agora, ele permanecia dias e dias como se estivesse fora do mundo; recorria a ajuda de Jose Paulino várias vezes para se manter. Precisava de favores e proteção, embora tivesse patente de tenente-coronel. Tentava se estabelecer de qualquer modo, judiando e gritando. É característico na sua fala a repetição e usos de cacoetes, dado, sobretudo pela palavra “hein”, buscando concordância da plateia. O que fica claro é que repetir se torna um modo de se afirmar em um contexto em que ninguém mais o ouve ou o vê:

- Quem é que manda neste engenho, hein, mestre José Amaro? De quem é esta terra, hein, mestre José Amaro?

- O senhor sabe melhor do que eu, Coronel. (...)
 - Quem manda nesta terra, hein, mestre Amaro?
 - Quem manda é o senhor do engenho. (...)
 - Hein, mestre José Amaro, quem manda neste engenho?
 - Coronel, eu já disse.
- Uma raiva de tudo foi se apoderando do soleiro. Já não podia mais aguentar aquelas perguntas bobas.
- Coronel, afinal o que é que o senhor manda?
 - Hein, Amélia, veja o que ele está dizendo
- D. Olivia botou a cabeça na porta, olhou para todos e sumiu-se.
- Hein, Amélia, eu não posso falar no meu engenho. Pois eu mando, mestre José Amaro. Pois eu mando (REGO, 1972, p.120-121).

O tom da enunciação do personagem, sempre impositivo e cheio de repetição na hora da reza, se mostrava humilde, mas de repente se enchia de raiva. A debreagem entre a enunciação e o enunciado traz, portanto, a tragédia de um homem sem autoridade: as repetições de Lula mostram um herói que tem direito à voz, mas não supera as demais vozes ao seu redor, esboçando um jogo de contaminação recíproca em que a situação de falência a tudo contamina. Comparando-se a Cristo, mantinha-se firme no orgulho, mas reclamava a abolição, a herança do sogro e sofria com a república; política, para ele, era o império, feito de homens sérios e de estirpe. A narrativa é bastante enfática quanto ao alheamento do Capitão, afirmando que ele sumia para a vida feito um caramujo ou descrevendo-o como um ser de corpo preso e alma atormentada (REGO, 1972, p. 185).

O declínio da estrutura socioeconômica é dramatizado de modo vivo no enlouquecimento de Lula e de Amaro. Para o crítico Edilberto Coutinho, *Fogo Morto* encena a história da decadência patriarcal transformada na história da demência social, já que a consolidação capitalista promoveu a fixação de modelos e a exclusão de grande parte da população, ainda imersa no passado e despreparada para o presente modernizador (COUTINHO, 1980, p. 56). Esses seres alijados perdem a referência e não mais se encontram, nem sob a ordem do pré-capital, nem no progresso para o qual foram arremessados.

O aumento da civilização também concorre para aumentar o número de loucos, não porque os costumes sejam mais depravados, como creem alguns autores, mas sim porque a atividade da vida intelectual e os revezes da fortuna são tão frequentes no meio dos movimentos rápidos de uma civilização avançada, quanto são raros nas sociedades novas e pouco industriais nas quais o homem, tendo satisfeito suas necessidades físicas, tranquilo como qualquer outro animal, dorme o sono profundo da indiferença, até que novas necessidades se façam sentir. (MACHADO, 1978, p. 418).

O personagem Vitorino é apontado como a figura cômica e mais crítica de toda a narrativa: descendente da aristocracia rural, ele age por meio das relações de cordialidade e favores. No episódio da expulsão do Mestre Amaro de sua propriedade, Vitorino questiona a atitude do senhor de engenho e se mantém em defesa do soleiro. Suas ações estão sempre centradas em peripécias, em nome do seu ideal de justiça. Capitão Vitorino “não cede pra ninguém”; ele denuncia a exploração. O crítico João Pacheco, por exemplo, enuncia que o personagem seria a figura que viveria inteiramente a realidade objetiva, empenhado na luta política ou em desfazer seus agravos. Interessante é notar como o sublime, as grandes aspirações do capitão, acabam se desfalecendo na comicidade trágica de sua condição:

O Capitão Vitorino Carneiro da Cunha tinha cinco mil reis no bolso. Daria para o seu telegrama de protesto. O que mandaria dizer ao presidente? O que mandaria dizer ao coronel Rego Barros? E as palavras se formavam na sua cabeça. Em nome do povo do Piá, em nome dos cidadãos honestos do município, pediria a garantia aos poderes públicos (...) Era homem para sustentar as suas opiniões para enfrentar os perigos. A burra tropeçara num pau da estrada e quase dava com ele no chão. (...) Quando a sua burra cambou para a ladeira do rio, um grito estourou, quase que ao pé do seu ouvido:

- Papa-Rabo... Papa-Rabo.

Sacudiu a tabica no ar, mas não tinha força. A burra tropeçou na ladeira e deu com ele no chão. Uma gargalhada de moleques abafou o canto dos pássaros, a gritaria dos periquitos (REGO, 1972, p. 261).

Vitorino acompanha as mudanças econômicas com afincos na política, pois é por meio dela que ele procura realizar justiça, salvando a si próprio. Vulnerável, se mostrava adepto a todas as novidades. Contudo, o que conseguia era se destacar como um sujeito aluado. A narrativa reflete a situação socioeconômica, declarando assim a alienação da personagem: Vitorino não tinha consciência para sofrer. Não sofria, não era capaz de sentir que tudo se acabara, que eles em breve veriam o fim da família, que fora tão grande, tão cheia de riqueza. Gostava do povo de Santa Fé. (REGO, 1972, p. 242).

Isso posto, as relações históricas que compõem o quadro estético precisam ser lembradas de modo menos anódino: o louco está sempre em desnível social e se coloca à margem ou por não deter os meios de produção e nem dele fazer parte ou por não ter acompanhado o rápido processo de modernização. É assim que vemos a falência mental de Amaro e Lula e Vitorino, isto é, fortemente relacionada à queda econômica e à implementação capitalista que os tira de órbita naquele e no outro sistema:

As operações de uma economia capitalista jamais são suaves, e flutuações variáveis, muitas vezes severas, fazem parte integral dessa forma de reger os assuntos do mundo (...). Nada se podia fazer a respeito: criavam oportunidades ou problemas, podiam trazer a prosperidade ou a bancarrota a indivíduos ou indústrias. (HOBSBAWN, 1995, p. 92).

Nesse aspecto, a desrazão deve ser sempre discutida sobre as bases histórico-objetivas. No livro *O Capital*, especificamente no capítulo XXIV, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, Marx revela o solo de formação que fez a sociedade burguesa cooptar a loucura como algo estrito à medicina, afastado da discussão social. Aliás, ele expõe como a loucura não é somente um fenômeno resultante do capitalismo, mas antes como algo posto e repostado no curso do desenvolvimento desse modo de produção. Na passagem em que discute sobre a mecanização do campo, Marx revela a expulsão dos camponeses e a incapacidade da indústria em absorver o contingente de miseráveis, gestados pelo seu próprio desenvolvimento. Esse imenso contingente de força de trabalho camponesa passa a ser livre dos meios de produção; livres também de relações de servidão, prontos, portanto, para vender sua força de trabalho. Ofereceriam, então, a sua força de trabalho para a burguesia que expropriou suas terras comunais. Nesse aspecto, é o próprio movimento do capital – que precisa de trabalhadores, livres de toda propriedade e livres para vender força de trabalho – que gera a sua própria questão social, da qual a loucura faz parte. São produtos do sistema os camponeses que migram para cidades, que não serão absorvidos pelas indústrias, convertendo-se em mendigos, assaltantes, vagabundos e loucos.

Nesse contexto, é importante entender a objetificação das subjetividades e o processo de transformação desses sujeitos em coisas. Ao promover vínculos sociais baseados no dinheiro, submetendo a lógica humana à acumulação desenfreada de capital, a implementação do capitalismo gera a opressão. Todos os personagens de *Fogo Morto*, diante do crescimento do modo de produção industrial, alcançam o apagamento da consciência histórica e, em consequência da diversificação mercadológica, inicia-se o rompimento dos seus laços humanos, que passam a ser encarados como objetos. Amaro, Vitorino e Lula sentem a própria desvalorização e inapropriação naquela nova ordem econômica; seus estados psíquicos confirmam a dialética da vida social e são exemplos da repressão pelas formas de exercício do poder. A loucura e o sofrimento remetem ao *pathos* trágico dos personagens; sua apreciação estética proporciona a compreensão da condição de objeto expropriado, bem como possibilita refletir sobre a experiência humana, fazendo tomar conhecimento sobre nós mesmos e do mundo ao em torno. (SCHILLER, 1992, p. 114).

Essa discussão é bastante abordada por Gyorg Lukacs, em *História e Consciência de Classe*, em cujo texto o autor diz que o caráter extremamente racional moderno acaba por produzir a objetificação do mundo, que, por consequência, também se imprime nas pessoas. A circulação interna de mercadorias e a produção baseada no trabalho e na exploração da mais-valia acabam extraindo as qualidades humanas. Assim, diante da objetividade das relações no sistema capitalista, o indivíduo se transforma também em coisa, fazendo parte do funcionamento mercadológico (LUKACS, 2003, p. 194).

A consciência acaba por incorporar a estrutura produtiva da sociedade. Muitas vezes, ela se perde e a loucura revela o vínculo entre a ideologia do individualismo e a objetificação ocasionada pela exploração. O romance *Fogo Morto*, nesse sentido, consegue representar as tensões políticas e morais da construção da vida burguesa naquele determinado momento e contexto histórico. E, muito embora a ideologia moderno-burguesa no Brasil não existisse dentro dos moldes europeus, aqui também dava a conhecer o homem se tornando vítima dele próprio no percurso histórico em que há uma reordenação da dinâmica da casa grande, do senhor de engenho, dos aspectos de família, aumentando a margem dos excluídos.

Considerações Finais

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por um outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos problemas econômicos. Ao mesmo tempo, estes levam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do espelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca promovido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 14).

Uma vez apontado que a obra tematiza a decadência social dos engenhos por meio do ponto de vista dos personagens, o Capitão Vitorino da Cunha demonstra, nesse contexto, o processo de enlouquecimento, que, embora também acometa a Lula e a Amaro, naquele se coloca mais incisivo, capaz até de criar estratégias para sobreviver às atrocidades do processo de modernização. Pela representação da experiência dos personagens podemos entender como o destino individual não está desarticulado de uma totalidade, que formaliza na narrativa um acontecimento que é homólogo à vida do País, que se ingressara a reboque no progresso, fazendo com que as regras gerais da modernização fossem implementadas como

exceção. Em um processo de redução estrutural, *Fogo Morto* estetiza a situação nacional, na medida em que mostra como aqui o *ancien regimem* se mantém nos adventos do progresso a resultar em um esquema de favor e patriarcalismo como nossa mediação universal:

É sabido que a emancipação política do Brasil, embora integrasse a transição para a nova ordem do capital, teve caráter conservador. As conquistas liberais da independência alteravam o processo político de cúpula e redefiniam as relações estrangeiras, mas não chegavam ao complexo sócio-econômico gerado pela exploração colonial, que ficava intacto, como que devendo uma revolução. Noutras palavras, o senhor e escravo, o latifúndio e dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação permaneciam iguais, em contexto local e mundial transformado. No tocante às idéias caíam em descrédito as justificações que a colonização e o Absolutismo haviam criado, substituídas agora pelas perspectivas oitocentistas do estado nacional, do trabalho livre, da liberdade de expressão, da igualdade perante a lei etc., incompatíveis com as outras, em particular com a dominação pessoal direta. (SCHWARZ, 2000, p. 36).

Nossa formação *sui generis* concebe as novidades europeias em um contexto diferente. Assim, a implementação capitalista parece um tanto desconjuntada e fora do lugar, fato que reflete na emancipação progressista da nossa cultura, formalizando como embuste a modernização. Nessa conjectura, os arcaísmos, isto é, a desigualdade social, o servilismo e a opressão se fazem presente de modo ainda mais incisivo, esboçando a escassez humanitária do progresso econômico. A loucura foi discutida na representação estética da obra *Fogo Morto* como forma de marginalização, induzindo a pensar o progresso criticamente, tendo em vista que ele impõe um padrão confrontante com os valores humanos, acirrando o conflito entre as classes sociais.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ALMEIDA, J. M. G. de. *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

BAKHTIN, M. *Problemas na Poética de Dostoievsky*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

CANDIDO, A. “Um romancista da decadência”. In: *Brigada Ligeira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. “Loucura, Literatura e Sociedade”. In: *Ditos & Escritos I: Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Trad. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos: O breve século XX - 1914*, 1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LUKACS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 24 ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MERQUIOR, J.G. *Michel Foucault ou o niilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MURICY, K. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 4, p. 41-49, jul./dez. 2001.

PACHECO, J. *O mundo que Jose Lins do Rego fingiu*. Rio de Janeiro: São José, 1958.

REGO, J. L. do. *Fogo Morto*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SCHILLER, F. *Do sublime ao trágico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

TRIGO, L. *Engenho e Memória: o nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

Recebido em: 16 de abril de 2018.

Aceito em: 10 de junho de 2018.